

JOVENS DO CAMPO BAIANO: O LUGAR DA ESCOLARIZAÇÃO E DO TRABALHO NAS TRAJETÓRIAS E PROJETOS DE FUTURO

Sicleide Gonçalves Queiroz (UFS)

RESUMO: O presente artigo traz alguns dados de uma pesquisa de mestrado realizada sobre a problemática da juventude do campo, tendo como foco o debate sobre as condições objetivas destes sujeitos frente os processos de escolarização e trabalho. A pesquisa partiu da hipótese de que as difíceis condições de trabalho no campo têm levado os jovens a buscarem possibilidades de sobrevivência na cidade, realidade que tem contribuído para a centralização do trabalho e a secundarização da escolarização em seus projetos de vida. A migração do campo para a cidade nem sempre se dá por escolha; muitas vezes, é por falta de condições materiais para a permanência que a cidade surge como possibilidade de melhores condições de vida. A pesquisa foi realizada com dezessete jovens, com experiências migratórias e não-migratórias, residentes em quatro comunidades do município de Teofilândia/BA, com o objetivo de analisar qual o lugar da escolarização e do trabalho nos projetos de vida desses sujeitos. Os dados confirmam a hipótese de que a dificuldade para conciliar trabalho e escolarização tem levado os jovens do campo ao abandono escolar em detrimento da necessidade imediata da sobrevivência pessoal e/ou familiar, principalmente entre os jovens do sexo masculino.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude do campo; Escolarização; Trabalho; Projetos de vida.

Os dados demográficos mais recentes sobre a população brasileira indicam a continuação da tendência migratória da população brasileira do campo para a cidade¹. O censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apontou que 15,6% da população brasileira residem no campo e 84,4%, nos espaços urbanos. Os nordestinos continuam sendo o grupo de maior contingência migratória, tendo a Região Sudeste (com um total de 10,8 milhões, correspondente a 53,9%) como principal pólo de “atração”.

Weisheimer (2005, p.07 apud ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999) também mostra que “em 1950, a população residente em zonas rurais correspondia a 63,8% da população total brasileira enquanto que no ano de 2000, essa proporção havia caído para 18,8% do total da população do país”. O autor também destaca que na década de 1950 o contingente que mais migrou correspondia à faixa dos 30 aos 39 anos de idade, enquanto que nos anos 1990 ocorreu um deslocamento populacional principalmente na faixa etária entre 20

¹ O Brasil, segundo os dados censitários, já possuía 67,6% de pessoas residindo em áreas consideradas urbanas, em 1980. Onze anos depois, o Censo Demográfico 1991 registrou um grau de urbanização superior a 75%, e a Contagem Populacional de 1996 mostrou que este percentual superou os 78%. (IBGE, Indicadores da População Jovem, 1999).

e 24 anos. Esses dados mostram que a migração dos jovens do campo para as cidades é cada vez mais precoce, constatando-se pela redução da faixa etária dos jovens que migraram na década de 1950 e os que migraram na década de 1990.

A ausência de condições materiais para a realização dos projetos de vida no campo tem levado os jovens do campo a projetarem na cidade melhores possibilidades de vida, por isso migram na tentativa de adquirir condições materiais para terem uma vida melhor. Esta realidade tem levado os jovens do campo a priorizarem o trabalho, renegando à escola a um plano secundário em seus projetos de vida.

Por isso, discutir as questões inerentes aos processos de trabalho e escolarização dos jovens do campo revela-se como necessário a ampliação das pesquisas acadêmicas sobre esta problemática. Os desafios de acesso (envolve o deslocamento até a escola) e de permanência na escola, diretamente relacionados à necessidade de conciliar os estudos com o trabalho, têm sido fatores decisivos para o abandono escolar, visto ser o trabalho uma condição indispensável à sobrevivência pessoal e familiar também.

1. Contexto da investigação: quem fala e de onde falam?

A investigação surgiu no contexto de quatro comunidades do campo (Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D'arco), localizadas no município de Teofilândia, semiárido baiano, há aproximadamente 194 km de Salvador, capital do Estado, nas quais foi possível observármos algumas estratégias traçadas pelos jovens face às relações com o trabalho e a escola: os que abandonam a escola antes da conclusão do Ensino Fundamental em função da migração pelo trabalho; os que trabalham na roça o dia inteiro e estudam à noite (Ensino Fundamental ou Médio) na cidade mais próxima; os que constroem a própria família e abandonam a escola ou que constroem a própria família e não abandonam a escola; os que moram e trabalham na comunidade em atividades fora da agricultura; os que moram na comunidade e trabalham durante o dia na cidade etc.

Diante disso, notamos que as dificuldades dos jovens para conciliarem o trabalho com a escolarização têm levado frequentemente à evasão escolar nas escolas das comunidades estudadas, assim como também nas escolas que acolhem alunos do campo (no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, e no Ensino Médio) nas cidades mais próximas. Esse quadro decorre, quase sempre, da necessidade dos jovens trabalharem em função da sua sobrevivência e/ou da sua família, e, como o lugar onde moram não oferece condições para permanência, então, migram em massa para os espaços urbanos.

Assim, a evasão escolar dos jovens do referido campo empírico demonstra forte ligação com o processo migratório para os espaços urbanos, que, quase sempre, está associado à tentativa de busca por uma vida melhor: profissão, emprego (carteira assinada), estabilidade financeira etc. Mas nem sempre os objetivos almejados são realizados; muitos se submetem a morar nas regiões periféricas das cidades, enfrentam trabalhos em condições sub-humanas no mercado informal, dentre outras situações que os levam a sofrer cotidianamente um processo de marginalização e exclusão também nos espaços urbanos.

Frente à realidade observada, surgiu a necessidade de investigarmos qual o lugar da escolarização e do trabalho nos projetos de vida de jovens das referidas comunidades, buscando identificar as relações entre escolarização, trabalho e seus projetos de vida, perspectivas que envolvem a relação entre a permanência no campo e a migração para a cidade.

Assim, o interesse pela discussão foi impulsionado pela ligação entre pesquisadora e objeto, visto que nasci numa comunidade do campo (Alecrim, Município de Teofilândia/BA, uma das comunidades onde a pesquisa foi desenvolvida), convivendo com a realidade materializada nos desafios permanentes à construção de projetos de vida norteados pela priorização à educação formal.

O município de Teofilândia possuía aproximadamente 21.482 habitantes até o Censo Demográfico 2010, sendo que deste total 6.692 residiam na zona urbana e 14.790, na zona rural. Deste modo, notamos que o município possui mais do dobro de sua população vivendo no campo, dado que entra em desacordo com os índices estatísticos nacionais que mostram que 84,4% da população brasileira vivem nas áreas urbanas.

Do número total de habitantes no município, 6.263 são jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos. Este resultado apresenta uma grande proximidade em números quanto ao sexo, pois 3.195 dos jovens na faixa etária citada são do sexo masculino (de 15 a 19 anos: 1.232; de 20 a 24 anos: 1.038; de 25 a 29 anos: 925) e 3.068 são do sexo feminino (de 15 a 19 anos: 1.146; de 20 a 24 anos: 1.035; de 25 a 29 anos: 887).

A produção agrícola do município é baseada na lavoura permanente e na lavoura temporária. De acordo com dados do IBGE para o ano de 2009, na lavoura permanente os principais produtos são: o sisal ou agave (fibra) com uma produção de 990 toneladas e a castanha de caju, cuja produção se dá em menor quantidade: 04 toneladas. Já na lavoura temporária, os produtos são: a mandioca (3.760 toneladas), feijão em grão (1.267 toneladas), milho em grão (1.080 toneladas) e batata-doce (150 toneladas).

No período chuvoso, oportuno para a plantação das sementes correspondentes a lavoura temporária, entre os meses de abril e julho, os agricultores aventuram-se investindo na terra, na maioria dos casos objetivando a garantia do sustento da família, e quando oportuno, comercializam alguns excedentes.

Para quem mora em Teofilândia, e em toda a região semiárida, a agricultura é uma atividade que reflete muita dúvida e insegurança, visto que o clima torna-se fator decisivo para que a colheita seja satisfatória, caso contrário, todo ou quase todo investimento na preparação da terra pode ser perdido. Por exemplo, no inverno deste ano, 2011, os agricultores obtiveram perda quase total de suas plantações no município, devido a estiagem após a plantação. Com esta situação de vulnerabilidade que a agricultura apresenta, convivem os jovens que “optam” por construir projetos de permanência no lugar de origem.

Quanto ao aspecto educacional, o município apresentou em 2009, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 653 matrículas no Pré-escolar, 5.974 no Ensino Fundamental e 1.179 no Ensino Médio, considerando as ofertas nas escolas públicas estaduais e municipais e privadas. Ainda de acordo com dados do INEP, publicados no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2011, o município de Teofilândia/BA possui 63 escolas, sendo que deste total 45 estão em atividade e 18 estão paralisadas; 56 são municipais, 02 estaduais e 05 privadas; 46 estão localizadas no campo e 17 em espaços urbanos.

De acordo com o cadastro central de empresas (2009), o município registrou 182 unidades locais atuantes, ocupando um total de 1.242 pessoas (sendo que deste total o número de assalariados é de 1.097). Este dado revela o número ínfimo de empregos no município, considerando o total da população e em especial, os jovens. Essas empresas empregam poucas pessoas devido à baixa demanda comercial do próprio município. Além disso, esses poucos empregos comumente são restritos a membros da unidade familiar e/ou parental do empresário. Com estes dados, constatamos quão reduzida é a possibilidade de emprego para os jovens no município, se comparamos os números dos ocupados nas empresas cadastradas (1.242) com o número de jovens do município dentro da faixa etária de 15 a 29 anos (6.263).

No município de Teofilândia existiu a exploração de ouro pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), mas, com a política neoliberal de privatização aqui no Brasil durante Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a mineradora passou a ser propriedade privada do grupo canadense YAMANNA GOLD e denominada Mineração Fazenda Brasileiro (MFB). Na verdade, a descoberta do minério em Teofilândia pouco contribuiu para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do município. A empresa ofereceu poucas

oportunidades de empregos locais, pois a maioria dos trabalhadores da mineradora era (e ainda é) de outros municípios e até de outros estados, restando aos teofilandenses um número restritíssimo de postos de trabalho insalubres no subsolo, operando máquinas pesadas e, normalmente, obtendo os salários mais baixos da empresa.

2. Caracterização dos sujeitos quanto à escolarização

O grupo participante da investigação foi composto por 17 jovens, de ambos os sexos, originários das comunidades de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D'arco, situadas no município de Teofilândia/BA. Esses jovens possuem aspectos particulares em suas trajetórias, mas estão situados em contextos de vida muito similares devido à proximidade entre as comunidades.

Para garantirmos a preservação da identidade dos entrevistados e facilitarmos a identificação de suas falas, criamos códigos alfanuméricos sequenciais da seguinte forma: J refere-se à Jovem; A, E, M e P referem-se à letra inicial das comunidades as quais pertencem (A: Alecrim; E: Entrada; M: Massapê e P: Pau D'arco); 1, 2, 3, 4 e 5 são marcadores quantitativos e sequenciais para a identificação dos jovens por comunidade. Essa codificação além de preservar o anonimato dos entrevistados constitui-se elemento de organização dos dados.

Os sujeitos da pesquisa enfrentam em suas trajetórias de vida muitas dificuldades para terem acesso à escola, e, quando isso ocorre, na maioria das vezes, eles não têm garantia de permanência, devido, principalmente, à necessidade de trabalhar. Segundo Freitas (1995, p.103), a escola “[...] não foi feita para o aluno/trabalhador. Essa perspectiva só pode existir na escola a partir do momento em que há resistência. Os filhos dos trabalhadores, quando conseguem ir à escola, são eliminados dela progressivamente”.

A desistência escolar faz parte da vida da maioria dos investigados em diversas etapas de escolarização, das séries iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Superior. Dos 17 jovens pesquisados, 15 (88,3%) no momento das entrevistas ou já haviam desistido de dos estudos ou planejavam desistir em 2011.

A caracterização dos jovens quanto à escolarização pode ser feita da seguinte forma: na comunidade de Alecrim, dos cinco jovens participantes da pesquisa 02 concluíram o Ensino Médio e 01 desistiu no 1º ano, 01 está cursando o 2º ano e 01 possui formação incompleta em nível superior – 6º semestre da licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XXIV, Conceição do Coité/ BA. Na comunidade de

Entrada, 01 estudou apenas a 1ª série e 01 a 2ª, 01 jovem concluiu as primeiras séries do ensino fundamental e 02 interromperam os estudos durante o Ensino Médio (01 no 1º ano e outro no 2º ano); na comunidade de Massapê, 01 jovem concluiu a 8ª série, 01 concluiu a 7ª série e 03 concluíram a 5ª série; e na comunidade de Pau D'arco, 01 participante interrompeu os estudos na 4ª série, 01 concluiu a 8ª série e 01 estuda atualmente o 2º ano do Ensino Médio.

Como aponta Frigotto (2004, p.194), “O tema do trabalho precoce e da educação dos jovens é fecundo para elucidar a contradição inerente ao sistema capitalista, entre a igualdade formal e a necessidade real entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores que vendem sua força de trabalho”. Entre os jovens participantes da pesquisa, a contradição “igualdade formal e necessidade real” é explícita em suas trajetórias de vida materializadas nas tensões vividas nos processos de escolarização, na busca pela inserção produtiva, nos projetos de vida atuais e futuros, condicionados a amplitude dos obstáculos que devem enfrentar e superar.

Porém, o abandono escolar aparece nas falas dos jovens com o sentido de temporalidade, momentaneidade, já que a maioria deles demonstra interesse de retorno à escola, apesar de frequentemente as condições objetivas de suas vidas apresentarem-se desfavoráveis a retomada da escolarização. Nas falas dos jovens, a necessidade de trabalhar é apontada como fator responsável pela desistência escolar (indicada por 11 jovens - 64,7% - sendo que 08 são do sexo masculino), frente à dificuldade de conciliar estudo e trabalho. Além disso, a gravidez (03 casos, 17,6%), a dificuldade na aprendizagem/reprovação (02 casos, 11,7%) e a falta de identificação com a área de formação (única jovem que adentrou ao ensino superior, 5,8%) foram apontadas, também, como motivadores ao abandono escolar.

A partir da análise de aspectos da vida dos jovens participantes da investigação notamos que, muitas vezes, a realidade em que vivem está inscrita em contextos mais amplos que caracterizam os jovens brasileiros (não só os jovens do campo como também os jovens urbanos, negros, índios etc), a exemplo dos desafios enfrentados nos processos de escolarização.

Como já observado, a maioria dos jovens participantes da investigação aponta a centralidade do trabalho em suas trajetórias e perspectivas de vida, situação particularmente responsável pelo alto índice de afastamento dos jovens da escola ou de quaisquer outros processos educativos que envolvam a produção de conhecimento e/ou profissionalização, tais como cursos técnicos e ou superiores.

Como mostram os dados da realidade, o abandono escolar atinge 66% dos 51 milhões de jovens brasileiros de 15 a 29 anos. Dentro da estatística dos que continuam estudando apenas 13% estão inseridos no Ensino Superior e dos que têm 17 e 18 anos apenas 48% estão no Ensino Médio. “A principal causa alegada para não estar estudando, entre os homens é ter que trabalhar para ajudar a família e, a gravidez, entre as mulheres” (TAFFAREL, 2009, p.10-11)². Deste modo, os motivos para a interrupção do processo de escolarização entre os jovens pesquisados apresentam sintonia com os dados sobre as condições de escolarização da juventude brasileira.

Frigotto (2004, p.195), ao analisar a história da origem da escola enquanto instituição central do projeto societário da burguesia nascente, diz que, “essa escola era concebida por excelência, como uma instituição social e cultural, de produção do conhecimento e de valores e como espaço para o desenvolvimento lúdico, estético e artístico para as crianças e os jovens”. Mas, como ele mesmo afirma, inúmeros estudos mostram que a “escola para a classe trabalhadora sempre foi outra - uma escola para a disciplina do trabalho precoce e precário”.

No caso dos sujeitos masculinos da pesquisa, o trabalho aparece como causa principal do abandono escolar e está sempre relacionado a processos migratórios pendulares, visto que nas comunidades em que vivem são raras as oportunidades de trabalho. Assim, no universo dos 07 jovens desistentes todos o fizeram pela prioridade ao trabalho.

Com base nas informações do quadro, verificamos que das 08 jovens inseridas em situações de desistência escolar, 03 estão relacionadas ao desempenho escolar: reprovação, dificuldade com a Matemática e reprovação/dificuldade para aprender; 02 por motivo de gravidez; 02 pela situação da migração à Santa Catarina com os maridos; e 01, por falta de afinidade com a área docente, o que gerou desmotivação com o curso de licenciatura em História.

Deste modo, os motivos que levam os jovens de ambos os sexos à desistência escolar, na maioria dos casos, estão relacionados às condições concretas da realidade em que vivem, onde a necessidade de trabalhar destaca-se como fator determinante, pelo menos entre os jovens do sexo masculino, realidade que emerge com muita clareza. Deste modo, o lugar da escola na vida destes jovens passa a ser secundarizado frente à priorização da sobrevivência.

² De acordo com a autora, as informações foram selecionadas a partir de estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento) divulgadas em artigo do seu Diretor-presidente economista Marcio Pochmann no Jornal Valor Econômico de 15 de maio de 2008.

Entre as jovens, a secundarização do lugar da escola aparece associada à migração, mas surgem outros fatores tais como o fracasso escolar, a tomada de responsabilidades da “vida adulta” (gravidez e matrimônio), e em um único caso, a indefinição profissional, como motivos para a desistência escolar. Observamos, também, que a maioria das jovens está condicionada a uma situação de dependência financeira em relação aos pais ou aos maridos. A única jovem independente financeiramente é JA4, sendo também do grupo a que possui o maior nível de escolarização. Este dado sugere uma possível relação entre dependência financeira e o baixo nível de escolarização.

Para os desistentes, a escola aparece como expectativa positiva em relação aos planos de vida, porém num tempo futuro distante da realidade em que vivem, pois concretamente a sua inserção social oferece poucas condições para planejarem o futuro sob bases mais concretas. Deste modo, a desistência escolar passa a representar uma saída temporária, uma interrupção por tempo indeterminado, vez que manifestam o interesse de retornar à escola, mesmo que em alguns momentos demonstrem que esta não será tarefa fácil. Porém, na verdade, os dados da realidade mostram que os evadidos dificilmente retornarão à escola.

3. Caracterização dos jovens quanto ao trabalho

As ocupações dos jovens e das jovens apresentam características específicas à reprodução sócio-histórica e cultural dos papéis comumente estabelecidos ao homem e à mulher (realidade que não é restrita apenas às populações do campo) na sociedade que ainda sofre os ranços do patriarcalismo. Por outro lado, os dados também apresentam sinais de maior visibilidade e amplitude do papel da mulher na constituição da família, nas relações sociais e de trabalho, para além da função de esposa, agricultora, mãe e doméstica.

As ocupações das jovens, em geral, estão ligadas às tarefas domésticas e/ou à agricultura. Assim, das 09 jovens participantes da pesquisa, 03 ocupam-se apenas com os afazeres de casa, auxiliando as mães nas responsabilidades do lar; 03 ocupam-se dos afazeres de casa e também da roça; 01 é dona de casa e ocupa-se exclusivamente de mãe e esposa; 01 é estudante e ajuda também nos afazeres de casa; e 01 é professora, digitadora e comerciante.

As contribuições das jovens nas atividades da roça são relacionadas à plantação e colheita das sementes (feijão e milho). No caso de JM2, a maior parte do seu tempo é ocupada “[...] nas coisas de dentro de casa, assim, nos serviços de dentro de casa mesmo. Na roça,

assim, em tempo de inverno eu trabalho, também. Plantar, não. Assim, na arranca de feijão, quebra de milho, plantar agora tem as máquinas³”. JE5 também confirma esta realidade: “Só em casa fazendo as coisas. Só em tempo de plantação, plantar feijão, arrancar feijão... só... quando passa... pronto, fico dentro de casa”. Observamos que JP3, a única jovem que estuda, também contribui nas atividades de casa.

Nesse sentido, devido à ampliação das “opções da mulher rural para além das fronteiras do universo doméstico, possibilitando a formulação e a realização de projetos profissionais de mais longo prazo” (CARNEIRO, 2005, p.255), notamos o surgimento de outras formas de inserção da mulher na comunidade onde moram, apesar de ser uma realidade minoritária. Na pesquisa, a única jovem que não se ocupa de atividades relacionadas à agricultura e/ou tarefas domésticas é JA4. Esta jovem possui o Ensino Médio em Magistério, o qual lhe possibilitou a contratação temporária como professora municipal na escola do Socavão (comunidade vizinha a Alecrim), anteriormente ao seu ingresso e desistência no curso de licenciatura em História pela UNEB (Campus XXIV, Conceição do Coité/ BA). Sobre os papéis atribuídos à mulher na realidade campesina, Carvalho (2000) atenta para o fato de que, de modo geral, as mulheres do campo

[...] estão concentradas em poucas ocupações, a maioria de baixa remuneração, e representam a maioria da população ocupada que não recebe qualquer rendimento do trabalho, o que se deve sobretudo à sua participação significativa na agricultura familiar. [...] Uma das ocupações em que se concentram as mulheres é exatamente o ensino. Dados do MEC indicam que 85% de todos os professores de educação básica são do sexo feminino⁴. (CARVALHO, 2000, p.144).

Entre os jovens, do sexo masculino, as ocupações estão mais relacionadas à construção civil em atividades como pedreiros e ajudantes de pedreiro, em cidades próximas às comunidades onde moram, mas existem também casos de inserção em outras ocupações, como aponta o quadro a seguir.

Dentre os jovens, 02 atualmente trabalham como pedreiros, 02 como ajudantes de pedreiro, 01 auxiliar de produção (trabalha num frigorífico de carne bovina), 01 encontra-se

³ Segundo a informante, hoje na região onde mora a plantação das sementes está sendo feita cada vez mais pela máquina. A máquina, operada por um único homem, faz o trabalho de vários homens: cavar com enxada, semear e cobrir a semente com a terra. Porém, a colheita (arrancar o feijão, quebrar o milho) ainda é feita pela mão humana, maioria das vezes mulheres, visto que “a maioria dos homens tudo sai pros trechos, aí nem acha homem, a maioria é mulher” (JM2).

⁴ A autora utilizou dados do MEC/INEP, (1998 a), dados que necessitariam de uma atualização treze anos depois.

desempregado, após deixar o emprego numa empresa de abate de frango em Feira de Santana/BA, 01 é diarista (serviços da roça, quando aparecem) e 01 estudante (contribui nas atividades de casa e da roça, já que a mãe é empregada doméstica e o pai ajudante de pedreiro e agricultor).

Podemos verificar também que as ocupações dos jovens, do sexo masculino, não estão diretamente relacionadas aos conhecimentos adquiridos na escola, ou ao nível de escolarização, visto que são ocupações adquiridas através da experiência prática. Este dado da pesquisa que atinge, particularmente, os jovens que concluíram o Ensino Médio e que trabalham como pedreiros, pode ser apontado como reflexo das transformações no mundo do trabalho, onde as “expressivas alterações podem ser observadas tanto nos conteúdos do trabalho, como nas exigências de perfis profissionais e novas qualificações, ao tempo em que o número de trabalhadores qualificados desempregados se multiplica (TEIXEIRA, 2010, p.39).

Diante disso, tem sido recorrente nas falas dos jovens a impossibilidade de projetarem um futuro profissional que dependa de estudos mais avançados e investimento de tempo e dinheiro em cursos técnicos e profissionalizantes, considerando as condições objetivas da realidade em que vivem, como diz JA3, “apesar de hoje a profissão que eu tenho não dependeu do estudo, mas não tou arrependido não. Que hoje não tá servindo, mais adiante pode servir, né?!”

A maioria expressiva dos jovens trabalha em atividades desvinculadas da agricultura e/ou pecuária, ocupações comumente ligadas ao campo. Esse distanciamento dos jovens do campo quanto ao trabalho na agricultura já foi apontado em pesquisas tais como Carneiro (2008), Castro (2009) e Wanderley (2007), em outras realidades do campo brasileiro. Nesta pesquisa, as atividades remuneradas, que, em geral, os jovens exercem são externas a comunidade onde moram: alguns migram diariamente para cidades próximas, a exemplo de JE3, que faz um deslocamento aproximado de 15 km de motocicleta (da comunidade onde mora para Serrinha/BA); JA1, JM3 e JM1 deslocam-se 8 km através de motocicleta e/ou bicicleta até Barrocas/BA. No caso de JA3, que trabalha em Salvador, o retorno à comunidade se dá quinzenalmente.

Assim, observamos a intensidade dos processos migratórios pendulares na vida dos jovens. Dentre os 08 jovens, 07 estão inseridos em processos migratórios, em suas trajetórias ou em seus planos de futuro. Excluindo-se os que estão inseridos em processos migratórios atuais de retorno a comunidade diária ou quinzenalmente, temos os casos de JE4 recém-chegado de Feira de Santana, atualmente desempregado, após ter sido demitido numa empresa

de abate de frango (já planejando uma nova partida para o Rio de Janeiro ou Santa Catarina), JP2 e JA1, que planejavam migrar para Santa Catarina e Salvador, respectivamente.

Portanto, a partir dos dados apresentados sobre as ocupações, identificamos que os jovens do sexo masculino estão inseridos em processos migratórios constantes em função do trabalho, completamente desvinculados da agricultura. Outro dado relevante nesta análise refere-se à escolarização, visto que em geral as ocupações dos jovens, de ambos os sexos, não possuem relação direta com as suas ocupações, com exceção apenas de JA4 que é professora, a qual, para exercer tal função, utilizou o curso do Magistério do 2º grau e dos conhecimentos adquiridos no curso de História enquanto estava na universidade.

Considerações finais

A escolarização apresenta-se como perspectiva de melhoria para o futuro, tanto para os que estudam quanto para os que desistiram, porém, as formas de inserção social dos jovens lhes oferecem poucas condições para realizarem os projetos educacionais (de continuação dos estudos). Por isso, podemos concluir que existem incertezas no que se referem as “escolhas” profissionais e educacionais dos jovens, pois muitas vezes, elas se dão por contingências definidas pelo contexto sócio-cultural.

Deste modo, na elaboração dos projetos profissionais dos jovens verificamos que existe certa consciência da distância entre a profissão desejada e a profissão real, visto que na realidade da sociedade em que vivemos “nem sempre podemos adotar a carreira que nos interessa: as nossas relações com a sociedade, em certa medida, começam antes de as podermos determinar” (MARX; ENGELS, 1978, p.55). Assim, na maioria das vezes, as profissões são “projetadas” a partir daquelas que estão ao alcance de acordo com o contexto sócio-cultural e econômico, para as quais, quase sempre, a escolarização nem sempre possui grande relevância.

Existe uma diferença entre os papéis da escolarização e do trabalho na vida dos jovens e das jovens, embora apresentem alguns sinais de transformação. Entre as jovens, a secundarização do lugar da escola aparece associada à migração, mas surgem outros fatores tais como o fracasso escolar, a gravidez, o casamento, e em um único caso, a indefinição profissional. Enquanto que para os jovens, a necessidade de migrar em busca de trabalho foi unanimidade entre os participantes da pesquisa.

O processo de migração do campo para a cidade mostra que nem sempre os sonhos são concretizados, visto que quase sempre os jovens saem de uma zona de exclusão, a vida

sem oportunidade no campo, e entram em outra, condições precárias de trabalho e de sobrevivência no espaço urbano. Entre os jovens do campo, o foco migratório atual é o estado de Santa Catarina. Santa Catarina surgiu nos projetos de vida desses jovens, possivelmente, devido à construção de uma rede migratória entre os que migraram, o que tem facilitado a indicação de trabalho e moradia, além de laços de afetividade, no lugar desconhecido.

Apesar de não existirem condições concretas para a realização dos projetos de vida no campo, as relações afetivas com o lugar e com as pessoas que nele vivem, particularmente, os familiares e amigos, são consideradas como forte motivo para os jovens desejarem permanecer, porém este sentimento não é suficiente para a garantia da permanência, frente a visível carência de políticas públicas nas comunidades onde moram. Porém, não foram identificadas nas falas dos jovens perspectivas críticas em torno deste problema; os jovens sentem-se os únicos responsáveis pelas próprias dificuldades em relação às “escolhas” feitas para as suas vidas.

Neste sentido, as possibilidades de redefinição do lugar que a escola e o trabalho ocupam na vida dos jovens das comunidades de Alecrim, Entrada, Massapê e Pau D’arco, conforme indica a confirmação da hipótese da pesquisa, perpassam por múltiplas determinações do contexto sócio-histórico, político e cultural em que vivem. De fato, a transformação desta realidade demanda mudanças mais amplas na própria forma de organização da sociedade contemporânea, porém, iniciativas mais específicas nas políticas públicas (educação, trabalho, saúde, lazer etc) podem ser feitas para a garantia do direito do jovem do campo permanecer no campo.

Na perspectiva dos sujeitos, a relação com a escola emerge, de modo mais evidente, como condição indispensável para adquirir um trabalho, “o lugar da certificação para o emprego”, perdendo-se, assim, as dimensões formativas e emancipatórias que deveriam conduzir o processo educativo na escola. Porém, contraditoriamente, as trajetórias dos mais escolarizados mostram que nem sempre a escola contribui para a inserção produtiva na sociedade contemporânea, de acordo ao nível de escolarização.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA: 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20/09/2011.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro P. M. (orgs). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 243-261.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e política educacional em tempos de incerteza. In: Alvaro Moreira Hypolito; Luís Armando Gandin. (Orgs.). **Educação em tempos de incertezas**. 1 ed. Belo horizonte: Autêntica, 2000, v. , p. 137-162.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas/São Paulo: Papyrus, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANUCCI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. p.180-216.

MARK, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. 1. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Contra o extermínio da juventude na luta pela vida**. <Disponível em: www.rascunhodigital.faced.ufba.br>. Acesso em 06/03/2010.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Percorrendo caminhos que conduzem ao curso técnico: entre incertezas e possibilidades. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n.28, 2010. p.37-59.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.21-33.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.